

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de assistência odontológica – Plano de Saúde Odontológico, por meio de desconto em folha de pagamentos, com cobertura para os procedimentos/eventos odontológicos constantes no rol mínimo da ANS aos empregados ativos da CESAMA e seus dependentes, sem coparticipação, sem carência para o grupo inicial, mediante a disponibilização de rede credenciada na cidade de Juiz de Fora, conforme as especificações técnicas constantes no presente Termo de Referência.

2. JUSTIFICATIVAS

2.1 A contratação se justifica pela necessidade de manutenção/continuidade do benefício de assistência odontológica oferecido aos empregados da Cesama e seus dependentes, uma vez que além de ser um fator de motivação, o benefício de assistência odontológica também pode contribuir para melhorar os resultados da empresa por meio da redução de atestados médicos e licenças, pois as consultas preventivas evitam situações adversas causadas por doenças relacionadas à saúde bucal.

2.2 Este benefício está previsto no Acordo Coletivo de Trabalho vigente.

2.3 Esta contratação detém características estabelecidas e padronizadas em Lei (Lei nº 9.656, de 03/06/1998) e em Resoluções Normativas do Órgão Regulador (Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS), e está disponível em um mercado próprio e estável, composto por diversos fornecedores, cujos serviços são compatíveis entre si, de modo que permite a decisão de aquisição com base no menor preço.

2.4 Esta contratação refere-se à aquisição de objeto de natureza comum, cujo padrão de desempenho e qualidade é objetivamente definido por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado, enquadrando-se no art. 32, inciso IV da Lei Federal nº.13.303/16, a saber, a modalidade pregão.

2.5 Considerando que é ato discricionário da Administração diante da avaliação de conveniência e oportunidade no caso concreto; e considerando que existem no mercado diversas empresas com potencial técnico, profissional e operacional, suficiente para atender satisfatoriamente às exigências previstas neste edital, entende-se que é conveniente a vedação de participação de empresas em “consórcio” neste certame.

3. RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros necessários aos pagamentos do objeto desta licitação são oriundos da CESAMA.

4. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

4.1 A cobertura do Plano Odontológico a ser contratado compreende ao Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da Agência Nacional de Saúde – ANS no segmento odontológico, vigente à época do evento, e atenderá a todos os empregados ativos da CESAMA, bem como a seus dependentes, durante toda a vigência do contrato.

4.1.1. Considera-se empregado inativo quando houver a extinção contratual do vínculo empregatício, aposentadoria por invalidez ou quando estiver afastado por licença sem vencimentos.

4.1.2. Consideram-se empregados ativos todos os demais, incluindo aqueles que possam estar sob vigência de fatores suspensivos ou interruptivos do contrato de trabalho, e que, portanto, estarão cobertos pelo benefício, observada hipótese de suspensão excludente prevista no item 4.1.1.

4.2 Havendo inclusão, pela ANS, de procedimentos ou eventos odontológicos em seu Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde no segmento odontológico, estes também passarão automaticamente a ter cobertura do plano na modalidade pré-paga, sem que represente acréscimo de valor nas mensalidades.

4.2.1 O contrato a ser celebrado deve garantir todas as coberturas e procedimentos previstos no art. 12, IV, da Lei 9.656/1998, incluindo a cobertura de exame clínico, de procedimentos diagnósticos, atendimentos de urgência e emergência odontológicos, exames auxiliares ou complementares, tratamentos e demais procedimentos ambulatoriais solicitados pelo cirurgião-dentista com a finalidade de complementar o diagnóstico do paciente, tais como, procedimento de prevenção, dentística, endodontia, periodontia e cirurgia previstos no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da Agência Nacional de Saúde vigente à época do evento para a segmentação odontológica, de acordo com as Diretrizes de Utilização (DUT), realizados em consultórios credenciados ou centros clínicos odontológicos da rede prestadora de serviço vinculada ao contrato a ser celebrado.

4.3 A cobertura odontológica compreende também a cobertura dos honorários e materiais utilizados pelo cirurgião dentista quando, por imperativo clínico, for necessário estrutura hospitalar para a realização de procedimentos listados no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da Agência Nacional de Saúde no segmento Odontológico, à época do evento.

4.4 Será assegurado pela CONTRATADA a livre escolha de prestadores, por meio de reembolso das despesas efetuadas pelo Beneficiário, nos casos exclusivos de urgência ou emergência, quando não for possível a utilização dos serviços credenciados pela CONTRATADA, desde que o atendimento ocorra dentro da área geográfica de abrangência e atuação do plano, o município de Juiz de Fora.

4.5 O reembolso será efetuado de acordo com os valores praticados pela CONTRATADA na relação de serviços odontológicos previstos junto à rede de prestadores do plano, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da apresentação das vias originais dos seguintes documentos:

- a) Documento comprobatório de pagamento das despesas (recibos e/ou notas fiscais) a profissional e/ou instituição não credenciada pela CONTRATADA;
- b) Relatório do cirurgião dentista declarando o nome do paciente, o tratamento realizado, data do atendimento, justificativa para o tratamento realizado especificando a razão da urgência e emergência;
- c) Comprovação radiográfica pré e pós a realização do procedimento;
- d) Comparecimento, após o atendimento, na auditoria clínica em local estabelecido pela CONTRATADA.

4.6 O prazo máximo para apresentação da documentação necessária e solicitação de reembolso pelo beneficiário será de 12 (doze) meses contados da data do evento, sob pena de perder o direito ao reembolso;

4.7 Somente serão reembolsáveis as despesas vinculadas diretamente ao evento que originou o atendimento ao Beneficiário, realizado enquanto perdurar o estado de urgência e emergência;

4.8 São considerados atendimentos de urgência e emergência odontológica garantidos nesta contratação:

- a) reimplante de dente avulsionado com contenção;
- b) colagem de fragmentos dentários;
- c) recimentação de peça/trabalho protético;
- d) imobilização dentária temporária;
- e) controle de hemorragia com ou sem aplicação de agente hemostático;
- f) tratamento de alveolite;
- g) tratamento de odontalgia aguda;

h) incisão e drenagem (intra ou extra-oral) de abscesso, hematoma ou flegmão da região buco-maxilo-facial.

4.9 O Plano Odontológico será por adesão, sendo disponibilizado aos empregados e diretores da CESAMA, como titulares, bem como a seus dependentes legais, sendo estes:

- a) cônjuge ou companheiro, na forma definida em lei;
- b) filhos e enteados de qualquer idade;
- c) menor de idade sob a guarda ou tutela do titular;
- d) pai e mãe do titular.

4.9.1 Os beneficiários titulares são pessoas naturais que mantêm vínculo empregatício com a CONTRATANTE, e seus diretores.

4.10 A adesão dos dependentes fica condicionada a participação do titular.

4.11 A inclusão de dependentes fica vinculada à verificação das condições de elegibilidade do dependente, estabelecidas no item 4.9 deste Termo.

4.12 A inclusão do beneficiário titular e de seus dependentes será efetuada mediante solicitação do titular à CESAMA, através de formulário próprio disponibilizado pela CONTRATADA. A CESAMA informará a inclusão à CONTRATADA.

4.12.1 O número de beneficiários estimado para atendimento pelo plano é de 1.090 (mil e noventa) vidas.

4.12.1.1 Considerou-se a quantidade de vidas para contratação inicial com base no número de vidas, entre empregados e seus dependentes, aderidas ao atual Plano odontológico com base no mês de junho/2022.

4.13 A exclusão de beneficiários será solicitada pelo titular à CESAMA através de formulário próprio disponibilizado pela CONTRATADA, que será informada pela CESAMA.

4.14 Não haverá cumprimento de carência para as adesões realizadas até 30 (trinta) dias contados a partir da assinatura do contrato oriundo desta contratação.

4.15 Para as adesões ocorridas após 30 (trinta) dias da assinatura do contrato, a carência máxima para todas as coberturas será de 60 (sessenta) dias contados a partir da data de adesão do beneficiário.

4.16 A realização de consultas e radiografias não estarão sujeitas a autorização prévia da CONTRATADA.

4.17 A realização de procedimentos não previstos nesta contratação é de inteira responsabilidade do beneficiário em conjunto com a clínica e/ou profissional que realizar o atendimento, não havendo, por parte da CESAMA, obrigação de repasse ou pagamento de valores que não sejam referentes às mensalidades dos beneficiários ou eventuais emissões de 2ª (segunda) via de carteirinha, caso sejam cobradas.

4.18 A CONTRATADA deverá possibilitar o acesso dos beneficiários aos serviços do Plano mediante apresentação de documento de identificação no prestador credenciado. Caso a CONTRATADA não disponha desta possibilidade de acesso, deverá enviar à CESAMA a 1ª (primeira) via da carteira de identificação do Plano Odontológico de todos os beneficiários, conforme especificação, sem ônus.

4.19 As carteiras de identificação devem ser confeccionadas em PVC e conter os seguintes dados:

IDENTIFICAÇÃO DA CONTRATADA

NÚMERO DA CARTEIRA

NOME DO BENEFICIÁRIO

IDENTIFICAÇÃO DO TIPO DE PLANO CONTRATADO

NOME DA CESAMA

Companhia de Saneamento Municipal – Cesama
Avenida Barão do Rio Branco, 1843/10º andar - Centro
CEP: 36.013-020 | Juiz de Fora - MG | Telefone: (32) 3692-XXXX

4.20 A emissão de 2ª (segunda) via de carteira de identificação poderá ser cobrada do beneficiário no valor máximo de R\$35,00 (trinta e cinco reais) por 2ª (segunda) via solicitada, devendo o valor correspondente constar da Nota Fiscal/Faturamento a ser quitado pela CESAMA à CONTRATADA, juntamente com o pagamento das mensalidades.

4.20.1 A emissão e entrega de novas carteiras de identificação, se for o caso, por motivo de término da validade, será de responsabilidade da Contratada e deverá ser feita antecipadamente de forma a não deixar beneficiários desassistidos entre o fim do vencimento e nova emissão.

4.20.2 Esta emissão por motivo de término da validade não será considerada segunda via e deverá ser emitida à custa da Contratada.

4.21 A carteira de identificação será devolvida pelo beneficiário à CESAMA no ato de sua solicitação de exclusão do Programa, ou no dia útil seguinte àquele do término de sua cobertura pelo plano odontológico.

4.22 Quaisquer prejuízos causados pelo uso indevido da carteira de identificação, durante o período em que permanecer cadastrado no Programa, e após a sua exclusão, serão única e exclusivamente de responsabilidade do beneficiário.

4.23 Em caso de extravio, o beneficiário se exime da responsabilidade de ressarcir os prejuízos causados após a comunicação do evento à CONTRATADA.

4.24 A contraprestação pecuniária de responsabilidade da CESAMA não é variável conforme a faixa etária dos beneficiários, sendo fixada em preço único.

4.25 A área de abrangência geográfica e atuação do plano deverá abarcar, no mínimo, a cidade de Juiz de Fora e conter neste município o mínimo de profissionais a seguir na rede credenciada:

- a) A CONTRATADA deverá possuir rede credenciada que atenda em todos os procedimentos e coberturas previstos;
- b) Será exigido, no mínimo, 90 (noventa) profissionais credenciados, incluindo o mínimo de 02 (dois) profissionais especialistas em cada especialidade da odontologia credenciados, contratados e/ou cooperados na cidade de Juiz de Fora.
- c) Para a composição da rede credenciada a CONTRATADA poderá considerar profissionais credenciados de municípios limítrofes a Juiz de Fora, desde que mantenham mínimo de 01 (um) profissional em cada especialidade no município.

5. VALORES MÁXIMOS ACEITÁVEIS

5.1 A estimativa do valor do objeto da contratação de serviços foi realizada a partir dos seguintes critérios:

Pesquisa direta com fornecedores, pesquisa em sítio eletrônico especializado e contrato vigente devidamente corrigido, conforme item 2.4 do manual de planejamento das contratações da CESAMA, analisados de forma combinada.

5.2 Foi utilizada como metodologia para obtenção do preço de referência para a contratação a adoção do menor valor levantado na pesquisa de mercado, em conformidade com o Manual de Planejamento das Contratações, parte integrante do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da Cesama (RILC).

5.3 O número de beneficiários **estimado** para atendimento pelo plano odontológico é de 1.091 (mil e noventa e uma) vidas, podendo este número aumentar ou diminuir, conforme a demanda de interesse dos empregados da Cesama na adesão ao Plano Odontológico. **O valor máximo por beneficiário é de R\$ 15,74 (quinze reais e setenta e quatro centavos) por mês**, conforme planilha abaixo:

Quant. Estimada de beneficiários	Valor por beneficiário	Valor mensal estimado	Valor estimado para 12 meses
1.091	R\$15,74	R\$17.172,34	R\$206.068,08

5.3.1 Conforme previsto no Art. 16 §5º do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da Cesama (RILC), para a modalidade Pregão o valor estimado da contratação deverá constar do instrumento convocatório.

6. MEDIÇÕES

6.1 As medições serão elaboradas mensalmente pelo gestor/fiscal do contrato designado pela Cesama, e deter-se-ão sobre os serviços executados no período correspondente ao dia 1º a 30 ou 31 de cada mês, para fins de registro contábil e pagamento, ou em outro período determinado pela fiscalização da Cesama. Não haverá medição/faturamento proporcional, ou seja, de períodos inferiores a 30/31 dias.

6.2 As medições somente serão efetuadas se ocorrerem serviços no período supramencionado.

6.3 As medições poderão ser efetivadas até 10 (dez) dias do mês subsequente ao período considerado no item 6.1, data limite para emissão pela Cesama da ordem de faturamento.

6.4 Em virtude dos serviços a serem previstos no contrato, a CONTRATANTE deverá pagar a CONTRATADA, a contraprestação pecuniária para cada beneficiário inscrito, sem coparticipação pelos procedimentos cobertos (previstos no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da Agência Nacional de Saúde vigente à época do evento para a segmentação odontológica).

6.5 Poderá ser cobrado do Beneficiário, diretamente pelo prestador da rede credenciada, no ato da utilização do serviço, procedimentos que não são da responsabilidade contratual da CESAMA, por não estarem incluídos no Rol de

Procedimentos e Eventos em Saúde da Agência Nacional de Saúde para a segmentação odontológica vigente à época do evento, em conformidade com o que prevê a Lei 9.656/1998 e as Resoluções do Consu.

7 Pagamentos

7.1 A CESAMA efetuará os pagamentos relativos aos compromissos assumidos, através de medições mensais, 30 (trinta) dias após a execução dos serviços com a apresentação e aceitação da Nota Fiscal pelo departamento competente da CESAMA.

7.2 Caso o vencimento ocorra no sábado, domingo, feriado ou ponto facultativo para a Cesama, o pagamento será realizado no primeiro dia subsequente.

7.3 O pagamento será efetuado através de depósito em conta bancária ou via **TED** (transferência eletrônica disponível), cujas tarifas extras correrão por conta da Contratada.

7.4 A Nota Fiscal Eletrônica – NF-e – deverá ser enviada para o e-mail nfe@cesama.com.br e derh@cesama.com.br

7.5 O pagamento só poderá ser realizado em nome do fornecedor e os boletos não poderão, em hipótese nenhuma, ser pagos em nome de outro beneficiário.

7.6 Deverá constar na descrição da Nota Fiscal / Fatura o número da licitação e o número do contrato.

7.7 O pagamento **SOMENTE** será efetuado:

- a) Após a aceitação da Nota Fiscal / Fatura.
- b) Após o recolhimento pela adjudicatária de quaisquer multas que lhe tenham sido impostas em decorrência de inadimplemento contratual.

7.8 Na Nota Fiscal / Fatura (em duas vias) deverão ser anexadas as certidões atualizadas de regularidade junto ao INSS, ao FGTS e à Justiça do Trabalho.

7.9 Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

7.10 O CNPJ da Contratada constante da Nota Fiscal / Fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no processo.

7.11 Será utilizado o IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - como índice para reajuste de preços nos contratos da CESAMA, quando couber, e o marco inicial para concessão do reajuste será a data da apresentação da proposta comercial.

7.11.1 Para o primeiro reajuste, o marco inicial para a concessão do reajustamento de preços é a data limite da apresentação da proposta.

7.11.2 Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação. Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que celebrada ou apostilada.

7.12 Na hipótese de ocorrer atraso no pagamento da Nota Fiscal / Fatura por responsabilidade da CESAMA, esta se compromete a aplicar, conforme legislação em vigor, juros de mora sobre o valor devido “*pro rata*” entre a data do vencimento e o efetivo pagamento.

7.13 A Contratada não poderá ceder ou dar em garantia, em qualquer hipótese, no todo ou em parte, os créditos de qualquer natureza, decorrentes ou oriundos do contrato.

7.14 Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

7.15 A antecipação de pagamento só poderá ocorrer caso o serviço tenha sido entregue.

7.16 A Cesama poderá realizar o pagamento antes do prazo definido no item 7.1, através de solicitação expressa do fornecedor, que será analisada pela Gerência Financeira e Contábil, de acordo com as condições financeiras da Cesama. Havendo a antecipação do pagamento, o mesmo sofrerá um desconto financeiro, e o índice a ser utilizado será o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC acrescido de 1% (um por cento) “*pro rata*”.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 Executar o Contrato fielmente, conforme definido em Edital.

8.2 A CONTRATADA deverá executar a prestação dos serviços obedecendo às disposições legais e regulamentos pertinentes à área de saúde, de acordo com as normas estabelecidas pela ANS.

8.3 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução.

8.4 Se responsabilizar pelos danos causados diretamente à CESAMA ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo na execução do Contrato.

8.5 Responsabilizar-se pela qualidade dos serviços, substituindo, imediatamente, aqueles que apresentarem qualquer tipo de vício ou imperfeição, ou não se adequarem ao Termo de Referência, sob pena de aplicação das sanções cabíveis, inclusive rescisão do Contrato.

8.6 Cumprir os prazos previstos em Edital ou outros que venham a ser fixados pela CESAMA.

8.7 Dirimir qualquer dúvida e prestar esclarecimentos acerca da execução do Contrato, durante toda a sua vigência, a pedido da CESAMA.

8.8 Se responsabilizar pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do Contrato.

8.9 Assegurar aos beneficiários a prestação dos serviços odontológicos previstos neste instrumento, através de Rede Credenciada, solucionando de forma ágil e objetiva todo e qualquer problema relacionado ao atendimento aos beneficiários, sem que seja necessária a intervenção da Cesama.

8.10 Garantir aos beneficiários, dentro da área geográfica de abrangência e atuação do plano, centros odontológicos, ambulatorios dentários, consultórios e respectivos profissionais da área e de atendimento de urgência e emergência.

8.11 Disponibilizar contato telefônico gratuito aos beneficiários do plano, com atendimento rápido e eficiente, para esclarecimento de dúvidas e solicitações pertinentes à cobertura do plano.

8.12 Disponibilizar contato telefônico gratuito à CESAMA, com atendimento rápido e eficiente, para esclarecimento de dúvidas e solicitações pertinentes ao Contrato.

8.13 Disponibilizar portal de acesso via Internet ou aplicativo, para acesso pela CESAMA, para acompanhamento, solicitação de inclusão e exclusão de beneficiários, solicitação de segunda via de carteirinha do plano e rastreamento desta, emissão de fatura e boleto para pagamento, relação de beneficiários.

8.14 Manter em portal próprio, de acesso via Internet, manual de utilização do plano e relação completa e atualizada dos profissionais e clínicas credenciadas pela CONTRATADA, para consulta, impressão e disponibilização pela CESAMA aos beneficiários do plano.

8.15 A CONTRATADA deverá manter a rede credenciada sempre atualizada, sob pena de aplicação das sanções cabíveis em caso de comprovada desatualização, tendo em vista os prejuízos que a rede desatualizada causa aos beneficiários do Plano.

8.16 Entregar à CESAMA, em até 10 (dez) dias úteis anteriores ao início da vigência do Contrato, as carteiras de identificação caso seja esta a forma de acesso do beneficiário ao plano, sem custos, agrupadas em ordem alfabética por participantes titulares com seus respectivos dependentes.

8.17 Manter as carteiras atualizadas e entregues tempestivamente, caso seja esta a forma de acesso do beneficiário ao plano, ao longo de todo o contrato.

8.18 Possuir rede de atendimento credenciada no município de Juiz de Fora/MG, com no mínimo, a quantidade de profissionais e especialidades previstas no item 4.25, no momento da assinatura do contrato.

8.18.1 A comprovação deverá se dar por declaração que contenha o detalhamento da rede credenciada, contendo, ao menos, nome, endereço, número de registro do(s) profissional(is) e telefone, ou por outro tipo de catálogo correspondente, como por exemplo, rol em sítio eletrônico com profissionais credenciados no Plano a ser pactuado.

9. OBRIGAÇÕES DA CESAMA

9.1 Emitir a Ordem de Serviço, indicando o início da execução dos serviços e do prazo contratual.

9.2 Efetuar todos os pagamentos devidos à Contratada, nas condições estabelecidas.

9.3 Fiscalizar a execução do Contrato, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da Contratada pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas.

9.4 Realizar a inclusão e a exclusão dos beneficiários, após comunicação da CESAMA, que será precedida de preenchimento de formulários próprios fornecidos pela CONTRATADA.

9.5 Rejeitar todo e qualquer serviço de má qualidade e em desconformidade com o Edital.

9.6 Fornecer à CONTRATADA todas as informações, esclarecimentos, documentos e condições necessárias à plena execução do objeto desta contratação.

9.7 A CESAMA não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela empresa Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da empresa Contratada e de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9.8 Notificar a empresa Contratada de qualquer irregularidade constatada, por escrito, para que seja sanada sob pena de incorrer nas sanções previstas neste Termo de Referência.

9.9 Todas as requisições e notificações trocadas entre as partes devem ser feitas por escrito devidamente assinadas e protocoladas.

10. JULGAMENTO

10.1 O critério de julgamento será o de MENOR PREÇO, representado pelo MENOR PREÇO TOTAL, desde que observadas às especificações e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

11. PENALIDADES

O descumprimento de quaisquer cláusulas estabelecidas neste Termo de Referência sujeitará à aplicação das sanções previstas no Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da Cesama, conforme minuta padrão e informações das áreas pertinentes.

12. CONDIÇÕES GERAIS DO CONTRATO

12.1 O contrato obedecerá às disposições da Lei Federal nº13.303 de 30/06/2016 e alterações posteriores, bem como as disposições deste Termo de Referência e preceitos do direito privado, no que concerne à sua execução, alteração, inexecução ou rescisão.

12.2 São partes integrantes do Contrato, independente de transcrição, o Aviso de Licitação, o Edital e seus anexos, o Termo de Referência e a proposta do licitante vencedor e seus anexos.

12.3 O prazo de vigência contratual é de **12 (doze) meses** contados a partir da emissão da Ordem de Serviço, após a assinatura do contrato.

12.4 O regime de execução do Contrato será **empreitada por preço unitário**.

12.5 O contrato pode ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, limitado a 05 (cinco) anos, de acordo com o art. 71 da Lei n.º 13.303/2016, por acordo entre as partes, mediante Termo Aditivo, observada a oportunidade e vantajosidade.

12.6 Prorrogado o contrato conforme disposto no Artigo 71 da Lei 13.303/16, através da assinatura de Termo Aditivo ao Contrato, o preço do serviço contratado poderá ser reajustado para mais ou para menos, de acordo com o IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - acumulado no período. O preço reajustado será praticado apenas para as medições dos serviços realizados e aceitos após o 12º (décimo segundo) mês contratual.

12.7 A CONTRATADA poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões no Contrato estabelecidos no art. 81, §1º da Lei Federal nº 13.303/16.

12.8 Conforme o art. 105, inciso X, do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da Cesama, toda prorrogação de prazo será justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente da CESAMA para celebrar o Contrato.

12.9 Sempre que for necessário acrescentar ou reduzir os valores e/ou prazos contratuais, as modificações procedidas deverão fazer parte de aditamento a ser assinado pelas partes. Eventuais acréscimos nas quantidades do objeto da licitação, quando necessário, poderão ser admitidos desde que autorizados pela CESAMA, com base nos preços unitários contratados.

12.10 Para assinatura do Contrato a empresa deverá comprovar a regularidade de situação perante o INSS, o FGTS e a Justiça do Trabalho, através de certidões dentro do prazo de validade.

12.11 Para a efetiva contratação, o licitante vencedor deverá estar quite com a CESAMA, quando sediado ou domiciliado no município de Juiz de Fora/MG. Caso tenha algum débito, o mesmo deverá ser quitado para que o contrato possa ser assinado.

12.12 A empresa Contratada deverá iniciar a prestação dos serviços, objeto deste Termo de Referência, imediatamente a partir da emissão da Ordem de Serviço por parte da CESAMA.

12.13 O licitante vencedor se obriga a assinar o Contrato em até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data do recebimento da notificação da CESAMA, respondendo pelos ônus dos tributos que incidam ou venham a incidir sobre o ato ou instrumento que o formalize conforme art. 60 do RILC.

12.14 O prazo previsto item 12.13 poderá ser prorrogado por igual período, mediante justificativa do licitante vencedor e autorização da Cesama.

12.15 Decorridos os prazos dos itens 12.13 e 12.14 e não comparecendo o licitante vencedor para a assinatura do Contrato, o mesmo será considerado como desistente.

12.16 Ocorrendo a hipótese descrita no **item 12.15**, serão convocados, sucessivamente, para contratação os licitantes classificados imediatamente após o desistente, dentro dos prazos e nas mesmas condições do primeiro classificado, inclusive quanto ao preço oferecido, conforme art. 75 da Lei 13.303/2016 ou na impossibilidade de se aplicar o disposto no referido artigo a Cesama deverá revogar a licitação.

13 DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

13.1 No que se refere à inexecução e a rescisão do contrato, aplica-se o disposto no Manual de Convênios e de Gestão e Fiscalização de Contratos, parte integrante do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da Cesama (RILC).

13.2 A inexecução total ou parcial do contrato poderá ensejar a sua rescisão, com as consequências cabíveis.

13.3 Constituem motivo para rescisão do contrato os especificados no Manual de Convênios e de Gestão e Fiscalização de Contratos, parte integrante do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da Cesama (RILC).

13.4 A rescisão do contrato poderá ser:

- I. por ato unilateral e escrito de qualquer das partes;
- II. amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de contratação, desde que haja conveniência para a Cesama;
- III. judicial, nos termos da legislação.

13.5 A rescisão por ato unilateral a que se refere o inciso I, do item acima, deverá ser precedida de comunicação escrita e fundamentada da parte

interessada e ser enviada a outra parte com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

13.6 Na hipótese de imprescindibilidade da execução contratual para a continuidade de serviços públicos essenciais, o prazo a que se refere o item 13.5 será de 120 (cento e vinte) dias.

13.7 Quando a rescisão ocorrer sem que haja culpa da outra parte contratante, será esta ressarcida dos prejuízos que houver sofrido, regularmente comprovados, e no caso da Contratada poderá ter ainda direito a:

- I. devolução da garantia;
- II. pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão;
- III. pagamento do custo da desmobilização.

14. EXIGÊNCIAS PARA PROPOSTA/HABILITAÇÃO

14.1 Para Proposta a Licitante deverá apresentar os valores ofertados.

14.1.1 A licitante deverá fazer constar em sua proposta o valor unitário e total do objeto, bem como sua descrição, incluindo-se as informações necessárias à sua perfeita identificação.

a) Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.

b) O licitante deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos.

14.2 Para habilitação a Licitante deverá apresentar, além dos documentos padrão exigidos em todas as licitações da Cesama, o seguinte:

Companhia de Saneamento Municipal – Cesama
Avenida Barão do Rio Branco, 1843/10º andar - Centro
CEP: 36.013-020 | Juiz de Fora - MG | Telefone: (32) 3692-XXXX

14.3 Comprovante atualizado de registro da operadora ou seguradora junto à Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), ainda que provisório;

14.4 Comprovante de registro do plano ofertado junto à ANS, contendo a informação de que o mesmo se encontra com a comercialização liberada;

14.5 Comprovação de aptidão para execução de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, mediante a apresentação de atestado(s) emitido(s) em nome da Licitante, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando ter executado serviços pertinentes ao objeto no setor público ou privado.

16. DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1 A presente contratação não estabelece qualquer vínculo de natureza empregatícia ou de responsabilidade entre a CESAMA e os agentes, prepostos, empregados ou demais pessoas designadas pela Contratada para a execução do objeto contratual, sendo a Contratada a única responsável por todas as obrigações ou encargos decorrentes das relações de trabalho entre ela e seus profissionais ou contratados, previstos na legislação pátria vigente, seja trabalhista, previdenciária, social, de caráter securitário ou qualquer outra.

16.2 A CESAMA e a Contratada poderão restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro da contratação, nos termos do artigo 81, inciso VI, da Lei n. 13.303/16, por novo pacto precedido de cálculo ou de demonstração analítica do aumento ou diminuição dos custos, obedecidos os critérios estabelecidos em planilha de formação de preços e tendo como limite a média dos preços encontrados no mercado em geral.

16.3 A CESAMA reserva para si o direito de não aceitar nem receber qualquer produto em desacordo com o previsto neste Termo de Referência, ou em

desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao seu objeto, podendo rescindir a contratação nos termos do previsto no Manual de Convênios e de Gestão e Fiscalização de Contratos, do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da Cesama (RILC), assim como aplicar o disposto no inciso VI do artigo 29 da Lei nº 13.303/16, sem prejuízo das sanções previstas.

16.4 Qualquer tolerância por parte da CESAMA, no que tange ao cumprimento das obrigações ora assumidas pela Contratada, não importará, em hipótese alguma, em alteração contratual, novação, transação ou perdão, permanecendo em pleno vigor todas as condições do ajuste e podendo a CESAMA exigir o seu cumprimento a qualquer tempo.

16.5 A Contratada, por si, seus agentes, prepostos, empregados ou quaisquer encarregados, assume inteira responsabilidade por quaisquer danos ou prejuízos causados, de forma direta ou indireta, à CESAMA, seus servidores ou terceiros, produzidos em decorrência da execução do objeto contratado, ou da omissão em executá-lo, resguardando-se à CESAMA o direito de regresso na hipótese de ser compelido a responder por tais danos ou prejuízos.

16.6 A Contratada guardará e fará com que seu pessoal guarde sigilo sobre dados, informações ou documentos fornecidos pela CESAMA ou obtidos em razão da execução do objeto contratual, sendo vedadas todas ou quaisquer reproduções dos mesmos, durante a vigência do ajuste e mesmo após o seu término.

16.7 Todas as informações, resultados, relatórios e quaisquer outros documentos obtidos ou elaborados pela Contratada durante a execução do objeto contratual serão de exclusiva propriedade da CESAMA, não podendo ser utilizados, divulgados, reproduzidos ou veiculados, para qualquer fim, senão com a prévia e expressa autorização da CESAMA, sob pena de responsabilização administrativa, civil ou criminal, nos termos da legislação.

16.8 A contratação será formalizada mediante celebração de contrato, nos termos do art. 98, do RILC.

16.9 A CESAMA, constituída na forma de empresa pública, não é contribuinte do ICMS, observando, portanto, o regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (RICMS – SEFAZ/MG), em seu Anexo IX, Capítulo XXXVI, que dispõe:

Art. 304-A. Na hipótese de operação tendo como destinatário pessoa não contribuinte do imposto, a mercadoria poderá ser entregue neste Estado em local diverso do endereço do destinatário, desde que no campo “Informações complementares” da nota fiscal constem a expressão “Entrega por ordem do destinatário” e o endereço do local de entrega.

Priscila Bastos Silva

Chefe - DERH

Renata Fernandes da Silva

Gerente - GARH

Autorizado/Aprovado por:

Rafaela Medina Cury
Diretora - DRFA